

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL/ALVARÁ

PESSOA JURÍDICA:

- Formulário padrão para Cadastro de Atividades Econômicas no Município - CAM
- Cópia dos documentos de identificação dos sócios: CPF, Carteira de Identidade ou equivalente;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- Cópia do Ato Constitutivo, ou da condição de Microempresa - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, ou Microempreendedor Individual - MEI, devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;
- Comprovante de endereço do empreendimento: cópia do contrato de locação, termo de cedência do local, matrícula do imóvel no Registro de Imóveis;
- Ata da eleição da atual diretoria, acompanhada dos documentos pessoais (RG e CPF) do presidente, nos casos de associações;
- Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – APPCI ou Comprovante do Protocolo do PPCI (quando se tratar de atividade a ser exercida em edificações de baixa carga de incêndio, conforme Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013) ou Termo de Ciência e Responsabilidade, quando atividade econômica será exercida fora do domicílio, não havendo aglomeração de pessoas, armazenamento e movimentação de materiais, constituindo apenas endereço de referência;
- Certidão de Regularidade Cadastral do Conselho Regional de Contabilidade – CRC do responsável contábil quando indicado;
- Certidão de Zoneamento fornecida pela Secretaria Municipal de Planejamento quando se tratar de Microempreendedores Individuais – MEI com atividade exercida em estabelecimento fixo;
- Termo de Ciência e Responsabilidade firmado sob as penas da Lei, pelo titular da pessoa jurídica, informando a inexistência de local próprio ou específico para o exercício da atividade, para fins de dispensa da cobrança da Taxa de Serviços Públicos de Saúde, do APPCI e Carta de Habite-se;
- Certidão de Habite-se (exceto quando se tratar de atividade exercida exclusivamente na residência ou quando a atividade a ser exercida não exigir local fixo);
- outros documentos complementares exigíveis para os casos de licenciamento de atividades reconhecidamente técnicas, ou de alto risco para a saúde pública ou para o meio ambiente, que necessitem de licenças especiais para a sua exploração, por força de legislação específica, federal, estadual ou municipal, tais como, para comercialização de gás, distribuição de combustível, segurança privada, exploração de mineração, serviços hospitalares, bancários, transporte de pessoas.